

PAÍS PRECISA DE REFORMAS PARA EVITAR CATÁSTROFE

FECOMERCIO-SP SUGERE REDUZIR O TAMANHO E A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA, ALÉM DE DIMINUIÇÕES DA BUROCRACIA E DOS CUSTOS TRABALHISTAS

As dificuldades econômicas que o País enfrenta são enormes. Em 2015, o PIB deve ter caído mais de 3%, após estabilidade em 2014. Neste ano, a tendência é de que haja nova retração, o que completaria uma sequência de dois anos seguidos de queda, algo registrado pela última vez no biênio 1930-1931. Entre dificuldades e entraves, os mais evidentes são: desequilíbrio fiscal; ambiente de negócios hostil, burocrático e incerto; desequilíbrio atuarial nas contas da Previdência; desemprego; e inflação elevada. Muitas reformas são necessárias, mas, diante da atual instabilidade política, a FecomercioSP não vislumbra solução a curto e médio prazos.

Qualquer que seja o caminho escolhido, ele será tortuoso e difícil. Seria racional

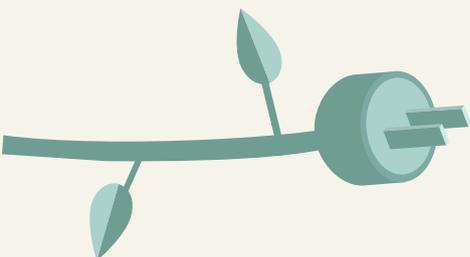
imaginar que, dada a existência de sofrimento em qualquer direção, o ideal seria caminhar pela trilha que nos levaria a um ambiente propício à retomada de crescimento, prosperidade e justiça social. Entretanto, tudo indica que há no País uma catarse que paralisa sociedade, empresários e governo, todos caminhando placidamente para o desfiladeiro.

O Brasil precisa discutir seriamente a redução do Estado, com cortes profundos de gastos, reduzir a burocracia para a abertura de empresas, melhorar o ambiente jurídico, reduzir os custos trabalhistas, privilegiar a negociação entre as partes e reduzir o grau de intervencionismo estatal. Para completar, há necessidade de uma grande reforma previdenciária. [&]



pág. **02**
GESTÃO

Economize energia elétrica



pág. **03**
CRÉDITO

Cuidados nas vendas parceladas



pág. **04**
OPORTUNIDADE

Como participar de licitações públicas



REDUZA GASTOS COM ENERGIA NA EMPRESA

PARA O COMÉRCIO, ECONOMIA DE ENERGIA ELÉTRICA É UMA ALTERNATIVA EFICIENTE PARA ENFRENTAR A CRISE ECONÔMICA

O consumo caiu, mas os gastos com energia elétrica aumentaram substancialmente em 2015. Conforme aponta o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no acumulado do ano, o aumento da energia elétrica alcançou o patamar de 51% em média no País.

A alta da energia elétrica está relacionada ao uso mais intenso das usinas termelétricas – em função da falta de chuvas –, que utilizam queima de combustíveis e geram energia mais cara. Além disso, neste ano, o governo repassou às contas de luz, como parte do ajuste fiscal, os pagamentos referentes às indenizações pela antecipação dos contratos de concessões realizada no ano de 2012 e que geraram, na época, uma redução em 20% da energia elétrica.

O aumento de energia elétrica tem impactado todos os setores da economia brasileira e, principalmente, o setor comercial, terceiro maior consumidor do País.

Dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) apontam que o setor industrial consome 38% da energia elétrica do País; segui-

do por setor residencial, com 27%; e serviços e comércio, 19% – enquanto outros, em que são considerados consumo rural, iluminação pública, serviço público, Poder Público e consumo próprio, respondem por 16%.

Para o comércio, a redução dos gastos com energia elétrica é uma alternativa que deve ser aplicada pelas empresas no dia a dia. Assim, para ajudar o empresário do comércio a reduzir os gastos com a conta de luz, destacamos os principais pontos que poderão ser utilizados para diminuição do consumo de energia elétrica:

Lâmpadas

A troca das lâmpadas incandescentes pelas fluorescentes e de LED é a principal medida que o comércio deve adotar para reduzir os gastos com energia. Adaptar o tipo de lâmpada para cada ambiente também pode representar ganhos de eficiência no uso da energia.

Luz solar

A luz solar é uma grande aliada para a redução dos gastos com energia. Aproveite portas e janelas e, na medida do possível, reaproxime os locais de trabalho da luz natural para utilizar menos a iluminação artificial.

Sensores de presença

Nos ambientes internos, utilizados frequentemente (como estoques, banheiros e cozinha), a instalação de sensores de presença permite que as luzes fiquem acesas somente nos momentos em que haja alguém utilizando o espaço, representando também uma fonte de redução de gastos com energia.

Manutenção de equipamentos

Equipamentos com maior tempo de uso necessitam de manutenções regulares, pois tendem a ser menos eficientes e consumir mais energia. Assim, invista em inspeções e reparos frequentes, evitando gastos maiores no futuro.



Circulação do ar

Aproveite a circulação do ar para reduzir os gastos com refrigeração, principalmente nos dias mais frescos. Uma circulação de ar mais eficiente permite gastar menos com condicionadores de ar.

Isolamento térmico

Em ambientes com ar-condicionado, o fechamento de janelas e portas contribui para manter a temperatura do ambiente refrigerado, sem sobrecarregar o sistema nem consumir mais energia.

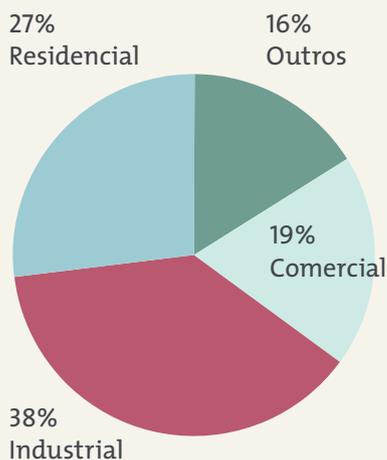
Conscientização

Coloque avisos próximos aos interruptores, conscientizando os usuários sobre a importância de apagar as luzes ao sair do ambiente. Em espaços refrigerados, os avisos podem ser colocados em portas e janelas, contribuindo para manter a temperatura local estável.

De qualquer forma, a crise hídrica será longa. A escassez de chuvas, os problemas estruturais e o atraso na execução de obras públicas representam entraves à breve solução desse problema. Por outro lado, trata-se de um fator de custo importante para o comércio e medidas devem ser tomadas para minimizar os gastos com energia. [E]

CONSUMO ENERGIA ELÉTRICA BRASIL

AGO 2015



COMO EVITAR A INADIMPLÊNCIA NO COMÉRCIO?

AUMENTAR AS VENDAS A PRAZO PODE SIGNIFICAR PREJUÍZOS CASO NÃO HAJA CRITÉRIOS PARA CONCEDER CRÉDITO



A inadimplência é um dos principais vilões do comércio. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela FecomercioSP, aponta que cerca de 17,2% das famílias paulistanas possuem contas em atraso em dezembro, alta de 6,3 pontos percentuais em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Para o comércio, nem sempre um grande volume de vendas a prazo representa maior lucratividade. Assim, destacamos alguns pontos para evitar a inadimplência:

Análise de crédito – Faça uma análise criteriosa, contemplando perfil do consumidor, nível

de renda e capacidade de pagamento futura. Consulte órgãos de proteção de crédito.

Evite fraudes – Verifique a autenticidade dos documentos apresentados. Nas referências comerciais e pessoais, cuidado com nomes e telefones fornecidos, pois o contato informado pode estar instruído a passar boas informações.

Cadastro do cliente – Realize o preenchimento correto do cadastro do cliente e atualize-o frequentemente. Com essa informação atualizada, é possível entrar em contato com o cliente com mais facilidade, principalmente em situações de inadimplência.

Política de cobrança – Defina quais serão os procedimentos para realizar cobrança de inadimplentes, envio de e-mail lembrando o não pagamento, contato telefônico ou até mesmo a cobrança pessoal. Em alguns casos, contratar os serviços de empresas especializadas em recuperação de crédito pode ser vantajoso.

Novos clientes – Para quem ainda não possui histórico de compras e pagamentos, ofereça um menor valor de crédito no início, melhorando as condições de crédito conforme aumentar o relacionamento e a confiança. [8]

UNIMOS GRANDES ENTIDADES POR UMA BOA CAUSA:

A SUA.

A Fecomercio Arbitral reúne a credibilidade, a seriedade e a tradição de algumas das entidades empresariais, jurídicas e representativas mais importantes do País e do exterior: a FecomercioSP, o Sebrae-SP, a Câmara de Arbitragem Internacional de Paris, a OAB-SP e o Sescon-SP. Além de contar com um corpo de árbitros altamente qualificado e um ambiente privado, exclusivo e dedicado. Ou seja, tudo o que você precisa para resolver a sua causa jurídica de maneira rápida, segura e imparcial.



Para mais informações, ligue 11 3254-1700 ou envie um e-mail para arbitral@fecomercio.com.br



COMPRAS PÚBLICAS: SAIBA COMO VENDER AO GOVERNO

AS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS TÊM TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO EM LICITAÇÕES PÚBLICAS

Micros e pequenas empresas podem encontrar nas licitações uma oportunidade para crescer e expandir as suas atividades, ainda mais em um ambiente de desaceleração da economia. O governo vem atuando de forma a estimular os grandes geradores de emprego e renda a vender para a administração pública. Prova disso é que, com a entrada em vigor da LC 147/2015, deverá ser concedido nas contratações públicas um tratamento diferenciado e simplificado às micros e pequenas empresas. O objetivo é promover os desenvolvimentos econômico e social, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

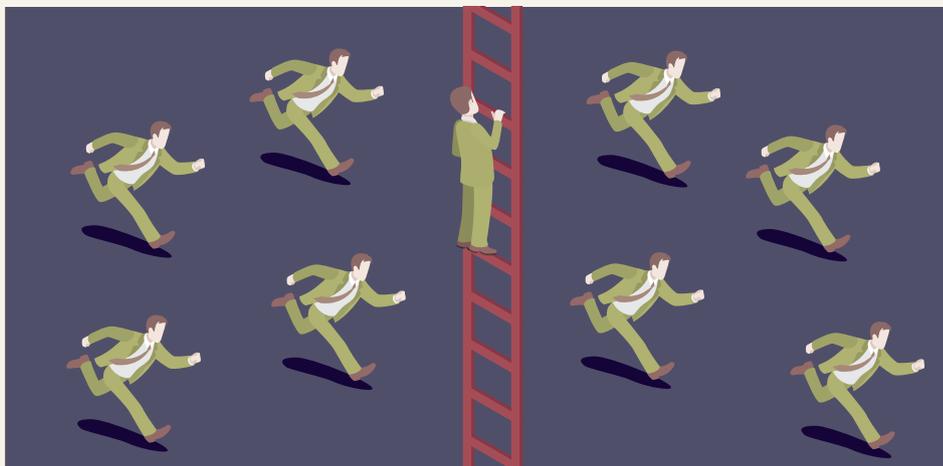
Antes de entrar nesse mercado, porém, é importante que a empresa esteja preparada internamente para atender às exigências do processo licitatório. A busca por informações sobre o processo de que pretende participar é importante para identificar se a empresa terá ou não condições de atender às exigências previstas. Além disso, deverá ser comprovada habilitação jurídica da empresa, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, conforme detalhados a seguir:

Habilitação jurídica da empresa

Tem como objetivo demonstrar a existência legal da empresa, a situação societária e a aptidão para assumir obrigações com a administração. A comprovação é feita, entre outras formas, por meio do contrato social (e suas alterações) registrado em junta comercial ou cartório.

Qualificação técnica

Deve ser comprovada mediante laudos técnicos, declarações e outros. A qualificação técnica



ca pretende verificar se a empresa dispõe de um produto de qualidade e com as devidas especificações técnicas, de acordo com o demandado pela administração pública. Para isso, a empresa deve, desde o início, identificar se terá condições de atender à demanda da administração pública caso ganhe a licitação.

Qualificação econômico-financeira

Tal qualificação garante ao órgão da administração de que produtos ou serviços objeto da licitação serão entregues/cumpridos. A colaboração do contador nesse momento é fundamental, uma vez que devem ser reunidas diversas informações financeiras da empresa, como balanço patrimonial, demonstrações financeiras do último exercício social e certidão negativa de falência.

Regularidade fiscal

Deverá ser comprovada a regularidade fiscal da empresa diante das obrigações com as legislações tributárias federal, estadual

e municipal, apresentando comprovantes de cadastramento e certidões negativas de débito (CNPJ, INSS, FGTS, Fazenda). Ressalva-se que, com o advento da LC 147/2014, art. 43, parágrafo 1º, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade, será assegurado o prazo de 5 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito negativo.

Em linhas gerais, para que as micros e pequenas empresas possam participar de uma licitação, é preciso ficar atento aos editais e às exigências da lei. Também é fundamental que a empresa analise o seu fluxo de caixa, uma vez que o prazo de pagamento do governo é diferente do setor privado, o que pode comprometer as finanças. [S]